

"É preciso dar chance aos presos"

JAIRO VIANA

A Justiça local vai instalar um centro para ministrar cursos profissionalizantes a sentenciados, como forma de permitir a reabilitação social dos presos. O centro ficará junto da Central de Penas Alternativas (Cepema). A revelação foi feita pelo novo presidente do Tribunal de Justiça do DF, desembargador José Jerônimo Bezerra de Souza, em entrevista ao *Jornal de Brasília*. Romper com o FMI é a receita que Jerônimo de Souza dá ao presidente Lula da Silva para o melhor desenvolvimento do País e, ainda, para a criação dos empregos prometidos em sua vitoriosa campanha à Presidência da República. Ele sugeriu a Lula que fizesse como o ex-presidente Juscelino Kubitschek e promovesse o desenvolvimento do Brasil com autonomia. O desembargador fala ainda sobre seus planos à frente do TJDF que, entre outros, prevê a reestruturação da Justiça local nos próximos dez anos, a criação da Vara de Meio Ambiente e de Assuntos Fundiários, reforma do Judiciário e o acolhimento das sugestões apresentadas pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para dar maior agilidade e segurança às decisões judiciais. O juiz lembrou o período em que presidiu a Justiça Eleitoral e os embates institucionais que travou com o hoje senador Cristovam Buarque (PT). Jerônimo ressalta que nunca teve problemas pessoais com o ex-governador, a quem o respeita e admira.

Quais os projetos que pretende tocar em sua administração, à frente do Tribunal de Justiça do DF, onde o senhor acaba de ser empossado?

Pretendo continuar as atividades agendadas por meu antecessor, o desembargador Natael Caetano. É nossa intenção terminar o prédio do Intercom, onde vamos instalar a Vara de Execuções Criminais. Recebemos em doação do GDF um terreno, bem localizado, perto da Terracap, onde queremos colocar todos os juizados especiais cíveis. Pretendemos também construir o Fórum de São Sebastião e concluir o de Santa Maria.

E o projeto de reestruturação da Justiça local, como está?

Enviamos um projeto de lei, em tramitação no Congresso Nacional, planejando a Justiça do DF para os próximos dez anos, de forma a evitar impacto financeiro ao Tesouro Nacional. Este projeto visa criar mais varas comuns, de competência para todo o DF. Criar uma vara especializada em meio ambiente – de proteção ao patrimônio histórico de Brasília – e varas especializadas em executivos fiscais. Queremos dotar, ao longo destes dez anos, a Justiça da capital da República de todos os meios materiais e humanos para termos uma Justiça de primeiríssima qualidade, que poderá servir de modelo para todo o Brasil.

Queremos, ao longo desses dez anos, dotar a Justiça da capital da República de todos os meios para servir de modelo para todo o Brasil.

O TJ tem recebido apoio para a votação do projeto?

A bancada do DF tem nos apoiado, por compreender que o assunto interessa à população do DF. Estive com o relator, Fleury Filho, de São Paulo. Ele foi muito receptivo, gostou do projeto. E prometeu fazer tudo para que ele ande o mais rápido possível em sua tramitação legislativa. A idéia desse plano decenal é no sentido de aproximarmos a Justiça do cidadão, da população. Pretendemos instalar um fórum em cada região administrativa.

O que vem a ser o Intercom, que o senhor se referiu?

Recebemos esse prédio como doação. Fica no Setor de Rádio e TV. Estamos fazendo uma série de adaptações nele para instalarmos a Vara de Execuções Criminais e todos os juizados especiais criminais.

O que será feito neste local?

Na Vara de Execuções Cri-

mais instalada no Intercom teremos a oportunidade de dar um atendimento melhor a toda a população carcerária do DF. Dar assistência aos presos e direcionar a eles os cuidados necessários para que, ao saírem dos estabelecimentos prisionais, fiquem melhores do que entraram. Do jeito que estão as prisões brasileiras o preso sai muito pior do que entrou.

Visa cumprir o que determina a Lei de Execuções Penais, que prevê a ressocialização do sentenciado?

Exatamente. Nossa Lei de Execuções Penais é muito idealista, muito avançada. Infelizmente no Brasil, por carência de recursos humanos e materiais, a lei não está sendo bem aplicada. E nós aqui no DF pretendemos cumprí-la. Tenho certeza que, ao fazê-lo, o beneficiado maior será o povo do DF. Isso porque os internos, ao saírem das prisões, sairão melhores. É preciso dar chances aos presos, para que eles freqüentem cursos de alfabetização e profissionalização. Dar assistência religiosa e trabalho nos presídios para ocupar o tempo ocioso deles.

O prédio abrigará outras seções do Judiciário?

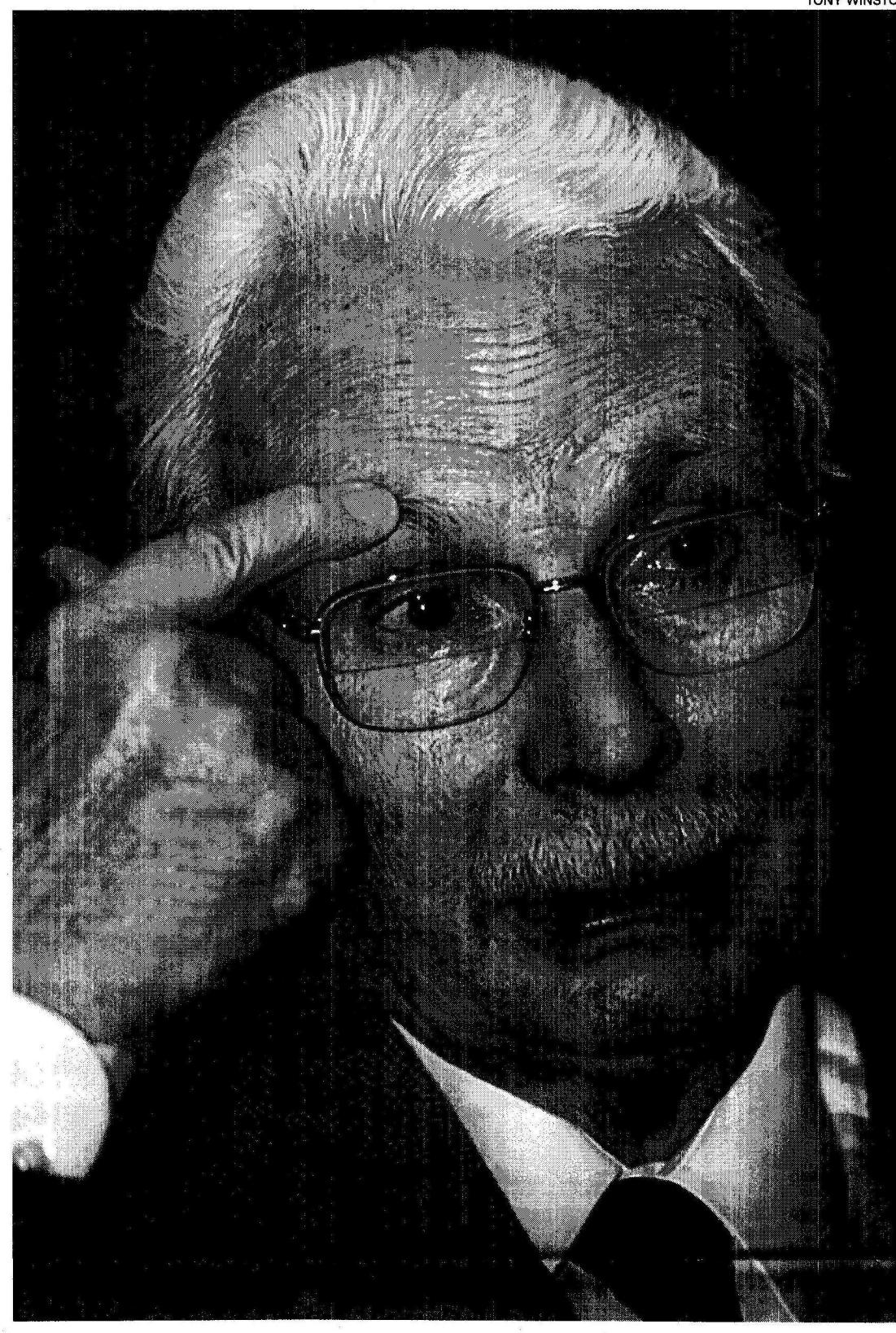
No local será instalada a Central de Penas Alternativas (Cepema), que é um instrumento formidável do direito penal moderno e se direciona no sentido de não encarcerar ou prender aquele cidadão que cometeu uma infração penal de pequeno potencial ofensivo. Esse infrator receberá uma pena alternativa. Por exemplo, prestar auxílio à comunidade, dar ajuda a um asilo de idosos, uma creche, hospitais e, eventualmente, dar cesta básica a quem precisa.

Quais os resultados aferidos com a aplicação das penas alternativas?

As estatísticas demonstram que a reincidência daqueles que recebem penas alternativas é muito baixa. Ou seja, cerca de 80% não voltam a delinquir. Com quem é preso, nas penitenciárias, que são verdadeiros campos de concentração, ocorre o contrário. A reincidência atinge entre 50% e 60%. O Estado gasta uma fortuna com cada preso recolhido nas prisões e a sociedade recebe este preso, que volta delinquir. Isso é trágico.

Como o senhor vê a reforma do Judiciário?

Essa reforma não é a que atenderia aos anseios justos da população brasileira. O que o povo brasileiro quer? É ter uma Justiça ágil, rápida, competente e confiável. Para isso é preciso que os processos tenham julgamento rápido. Precisamos de um maior número de juízes. Temos cerca de 15 mil no Brasil, em todas as áreas da Justiça. É muito pouco para uma população que beira os 170 milhões de habitantes. Os juízes estão sobrecarregados de processos e os julgamentos são lentos. Há uma quantidade enorme de recursos,



TONY WINSTON

do Centro Acadêmico Cândido Oliveira da Faculdade Nacional de Direito. Naquela época, os estudantes universitários tinham uma participação muito grande na política nacional. Havia grande politização. Os líderes estudantis aderiram ao projeto de País que o presidente Juscelino propôs à Nação. De progresso, desenvolvimento, emprego, esperança, construção de usinas hidrelétricas, estradas, industrialização do País, apoio à Petrobras, à petroquímica... Eram os planos de metas. Ele dizia que em cinco anos ia realizar 50. Ele lançou a programação na campanha. Ele era um estadista. Disse que ia cumprir as promessas de campanha. Falei e vou cumprir.

Qual foi a reação do Fundo Monetário?

O FMI, naquela época, como hoje, disse que não poderia, que esse programa iria gastar muito dinheiro, gerar inflação. Vetou os planos do presidente. Então JK, sem bravatas, sem ofender ninguém, sem insultar os EUA, mas com muita firmeza, muita convicção, reuniu seu ministério e disse: vamos deixar o FMI de lado e desenvolver o País. Vamos dar empregos, modernizar o País. E foi o que ele fez.

E agora, o que pode ser feito?

Por isso, disse aquilo no meu discurso de posse, vendo o presidente Lula angustiado com esta situação econômica, com o País estagnado, com o PIB regredindo. Estamos com 56 milhões de brasileiros com renda familiar inferior a R\$ 79. Isso é uma tragédia humana. Um sofrimento imenso para essa multidão de brasileiros. Me ocorreu lembrar ao Lula que ele poderia fazer como JK fez em 56, quando o Brasil ainda era muito mais fraco. Hoje o Brasil tem condições de chegar ao FMI e dizer: não. Não vamos seguir pela cartilha de vocês. Vamos investir nossos recursos como fez JK.

Outras pessoas têm a mesma opinião do senhor?

Anteontem, a *Folha de S. Paulo* publicou uma reportagem, com Antônio Trevisan, dono da maior firma de auditoria do Brasil e uma das maiores do mundo. Na condição de presidente da Academia Nacional de Ciências Contábeis, ele confirmou o que eu disse no meu discurso. Que o Brasil devia deixar de lado o FMI. Pois, enquanto isso não acontecer, o Brasil está proibido de crescer. Foi o que aconteceu no governo de FHC e, agora, no de Lula. Quando li o discurso me confortou.

Há exemplos atuais de que esse rompimento é possível e dá certo?

Nesses últimos dez anos, a China e a Índia têm se desenvolvido a taxas extraordinárias por não seguirem a cartilha do FMI. O PIB dos dois países tem crescido muito. A Índia, nos últimos dez anos, tirou da miséria 100 milhões de indianos. A China tirou da pobreza 250 milhões de chineses. Isso tem um efeito multiplicador para a economia. Enquanto a economia chinesa e indiana estão se fortalecendo, com o crescimento do mercado interno, a nossa está minguando. Quem era pobre está virando miserável e a classe média está empobrecendo. Fruto desse modelo ditado pela cartilha do FMI. Se Lula fosse estudar a biografia do presidente JK ia ver que o rumo é esse. Juscelino pôs em prática planos de metas utilizando a inteligência brasileira. Eram técnicos, economistas brasileiros. Valorizando a mão-de-obra local.

ríodo eleitoral de 98, como transcorreu?

Como seria feito?

Nas leis processuais civis e

penais. Para diminuir o número

de recursos, sem inviabilizar o

direito de defesa e a garantia do

contraditório. Isso não é trata-

do na reforma do Judiciário. Se

fizermos uma pesquisa entre os

juízes, vamos verificar que a

maioria esmagadora vai dizer

que é preciso de mais juízes,

mais varas, mais funcionários,

mais fóruns e menos recursos

para agilizar os processos.

No projeto de lei da reforma há alguma previsão neste sentido?

Sim. A Associação dos Ma-

gistrados Brasileiros (AMB),

preocupada com a moderniza-

ção e agilização da Justiça, reu-

nuiu-se, constituiu

uma comissão de

magistrados ouvi-

ndo o MP e a

OAB, e ofereceu

uma série de su-

gestões interes-

santes, que foram

encaminhadas ao

Congresso Na-

cional. Isso foi

levado aos parla-

mentares que

cuidam da refor-

ma da reforma do Judiciá-

O senhor sabe se isso foi incluí- do no projeto?

O processo legislativo ainda

está em andamento. Minha es-

perança é que algumas dessas

sugestões sejam adotadas. Na

verdade, você reforma o Ju-

diciário no sentido das necessida-

des de nossa população, facil-

tando ao povo uma Justiça rá-

pida e confiável. Enxugando

bastante os recursos. A exemplo

do que ocorre no processo elei-

torial, que é ultra-rápido e julga

com segurança.

O senhor presidiu o TRE no pe-

riodo eleitoral de 98, como transcorreu?

Como seria feito?

Nas leis processuais civis e

penais. Para diminuir o número

de recursos, sem inviabilizar o

direito de defesa e a garantia do

contraditório. Isso não é trata-

do na reforma do Judiciário. Se

fizermos uma pesquisa entre os

juízes, vamos verificar que a

maioria esmagadora vai dizer

que é preciso de mais juízes,

mais varas, mais funcionários,

mais fóruns e menos recursos

para agilizar os processos.

No projeto de lei da reforma há alguma previsão neste sentido?

Sim. A Associação dos Ma-

gistrados Brasileiros (AMB),

preocupada com a moderniza-

ção e agilização da Justiça, reu-

nuiu-se, constituiu

uma comissão de

magistrados ouvi-

ndo o MP e a

OAB, e ofereceu

uma série de su-

gestões interes-

santes, que foram

encaminhadas ao

Congresso Na-

cional. Isso foi

levado aos parla-

mentares que

cuidam da refor-

ma da reforma do Judiciá-

O senhor sabe se isso foi incluí- do no projeto?

O processo legislativo ainda

está em andamento. Minha es-

perança é que algumas dessas

sugestões sejam adotadas. Na

verdade, você reforma o Ju-

diciário no sentido das necessida-